



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA N.º 07/2011

-----Acta da reunião ordinária realizada aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze.-----

-----Aos quinze dias do mês de Abril de dois mil e onze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, iniciando-se a reunião sob a Presidência do Senhor Presidente, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

**1. Aprovação da acta da reunião anterior.**

**2. Período Antes da Ordem do Dia.**

**3. Ordem do Dia**

**3.1. Conhecimento do ofício referência EAT-COMURB 168/2011, datado de 17 de Março de 2011, remetido pela Comurbeiras – Comunidade Intermunicipal - CIM, referente ao pagamento de portagem nos troços de auto-estrada que atravessam o território da Comurbeiras – Press Release.**

**3.2. Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas.**

**3.3. Deliberação sobre o pedido de apoio financeiro para aquisição de painéis solares térmicos, formulado pelo Centro Social Paroquial de Sameiro.**

**3.4. Deliberação sobre o pedido de parecer com vista à obtenção do estatuto de Utilidade Pública, formulado à Câmara Municipal de Manteigas pela ADIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas.**

**3.5. Deliberação sobre o pedido de subsídio formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, relativo à Expo Estrela.**

**3.6. Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2010 e aplicação do resultado líquido do exercício.**

**3.7. Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 28/2011/APROV, datada de 11/04/2011, referente aquisição de serviços – requisições.**

**4. Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### **Aprovação da acta da reunião anterior.** -----

-----Achada conforme, a acta da reunião anterior foi aprovada e assinada, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

-----O Senhor Presidente informou que as viaturas pesadas de passageiros, finalmente, já podem circular na E.R. 338, entre Manteigas e Piornos. Depois de muita insistência e de várias reuniões havidas com as diversas entidades intervenientes nesta questão, chegou-se à conclusão que finalmente era possível remover a sinalização, todavia, ficou acordado que a estrada iria ser alvo de atenção redobrada por parte das diversas entidades, de entre elas a Câmara Municipal - enquanto Coordenadora da Protecção Civil Municipal -, a GNR - que terá que ter uma presença mais efectiva na estrada -, os bombeiros, a brigada da GNR de Montanha e a Estradas de Portugal que, durante este próximo meio ano, irá monitorizar a estrada no sentido de verificar a sua evolução, que se espera que seja positiva.-----

Prosseguiu dizendo que se constatou que, apesar do que sucedeu na encosta do Vale Glaciar – o desprendimento das pedras – felizmente, não houve danos a salientar desde dois mil e cinco até ao ano em curso, daí ter-se chegado à conclusão que a estrada começava a ter condições de circulação.-----

No que diz respeito ao projecto da estrada E.R. 338, não foi cumprida a promessa de que estaria a concurso até ao final do ano de dois mil e dez, o que tem levado a Câmara Municipal a protestar junto da tutela a fim de que o Governo cumpra as suas obrigações. Não se trata de uma estrada nova mas apenas da manutenção e qualificação de uma estrada que tem cinquenta anos. A Câmara Municipal não deixará de exigir o cumprimento, não da promessa - o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas apresentou uma perspectiva de projecto para este troço - mas das obrigações do Governo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia manifestou a sua satisfação pelos resultados conseguidos relativamente à abertura da E.R. 338 ao trânsito de pesados de passageiros.-----

Deixou uma nota de desagrado relativamente ao atraso do concurso para reestruturação e remodelação da E.R.338.-----

Expressou o seu apoio ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de exercer a pressão que está ao alcance do Executivo, a fim de que a estrada seja restaurada e requalificada. Entende que a mesma é uma estrada de excelência turística para o Concelho de Manteigas, devendo-se entender como prioritária em termos de intervenção.-----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas esteve em Manteigas numa época delicada, uma época pré-eleitoral, a fazer compromissos e promessas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que não cumpriu, todavia, o Município tem de lhe exigir que assuma a sua palavra e que, dentro em breve, resolva o problema. -----

Continuou dizendo que a ligação à auto-estrada a partir de Valhelhas também é indispensável e é benéfico que se faça porque o que existe, actualmente, é uma entrada pelo Ginjal/Belmonte e depois, uma estrada secundária municipal a ligar o Concelho de Manteigas à A23. -----

Concluiu dizendo que a lei obriga a que a ligação entre uma estrada nacional e uma auto-estrada seja feita com dignidade e qualificação, por conseguinte, o Senhor Presidente tem a sua anuência relativamente à pressão que seja possível ou necessário fazer nestes dois processos.--

-----O Senhor Presidente aditou que nas reuniões, para além da abertura da E.R.338 ao trânsito de pesados de passageiros, foram tomadas outras decisões que se prendem com o encerramento da estrada aquando das intempéries. Estava definido que a estrada encerraria sempre que fosse determinado o “alerta amarelo”. -----

Prosseguiu dizendo que fez notar à tutela que as condições climatéricas do troço da estrada Piornos/Torre, que se situa a um nível superior, não são as mesmas do troço da estrada Piornos/Manteigas, que se situa a um nível inferior. Era absurdo que cada vez que encerrava o troço superior, se encerrasse, obrigatoriamente, o troço entre Piornos/Manteigas. Esta situação levava-o a acreditar que haveria algum interesse salvaguardado com o encerramento da estrada. -----

Concluiu dizendo que, com bastante insistência, foi conseguido que a situação se alterasse e, ficou escrito em acta, que a estrada só encerrará quando não houver condições mínimas de segurança de circulação.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pensa que é lamentável que um Governo, seja ele qual fôr, tenha descurado e continue a descurar o tratamento da estrada E.R.338 e pensa que é louvável que a Câmara Municipal insista no sentido de a mesma poder ser aberta com qualificação.-----

Aditou que também teve conhecimento que, a determinada altura do ano, numa época de trânsito mais ou menos intenso, havia agentes, não identificados, no cruzamento dos Piornos a impedir que o trânsito viesse para Manteigas, desconhecendo-se quem deu tal ordem. -----

Corroborou o Senhor Presidente no sentido de que parece que há mãos invisíveis a tentar que haja algum desvio com o intuito de prejudicar Manteigas. -----

Prosseguiu dizendo que ficou preocupado na sequência da leitura de uma notícia na imprensa, onde se dava nota da recusa por parte do Tribunal de Contas de um conjunto de concursos ditos “urgentes”. Tendo em conta que o Município de Manteigas utilizou a figura de “urgente” em dois projectos, indagou se o Tribunal de Contas teve a mesma reacção com os mesmos, na medida em que estava em causa um financiamento dos Fundos Comunitários. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente esclareceu que o Tribunal de Contas anuiu um deles e o Município ainda não obteve resposta no que se refere ao outro. -----

### **Ordem do Dia -----**

**Conhecimento do ofício referência EAT-COMURB 168/2011, datado de dezassete de Março de dois mil e onze, remetido pela Comurbeiras – Comunidade Intermunicipal - CIM, referente ao pagamento de portagem nos troços de auto-estrada que atravessam o território da Comurbeiras – Press Release. -----**

----- Foi presente, para conhecimento, o ofício referência EAT-COMURB 168/2011, datado de dezassete de Março de dois mil e onze, remetido pela Comurbeiras – Comunidade Intermunicipal - CIM, referente ao pagamento de portagem nos troços de auto-estrada que atravessam o território da Comurbeiras – Press Release. -----

----- O Senhor Presidente frisou que, segundo parece, as portagens já não vão ser cobradas no mês de Abril. -----

Tendo em conta que se desconhece qual vai ser a próxima decisão do Governo que vier a ser eleito, aguarda-se com alguma expectativa que as portagens não venham a ser cobradas.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que a título de opinião meramente pessoal entende o princípio do utilizador – pagador, todavia admite que haja excepções bem definidas e bem calibradas. É contra o “pagamento zero”, mas também é contra os pagamentos equilibrados, ou seja, toda a gente a pagar a mesma coisa. Há que ter em conta os indivíduos residentes, não residentes, empresários ou individuais. -----

**Deliberação sobre o pedido de isenção de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas. -----**

----- Foi presente o requerimento, datado de dezassete de Março de dois mil e onze, referente ao pedido de isenção de taxas de licenciamento, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento de taxas, formulado pela Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, nos termos do nº 2, do artigo 7º do Regulamento de Taxas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

**Deliberação sobre o pedido de apoio financeiro para aquisição de painéis solares térmicos, formulado pelo Centro Social Paroquial de Sameiro. -----**

----- Foi presente o ofício referência 8/2010, datado de três de Fevereiro de dois mil e dez, subsequente aos ofícios referência 47/2009 e 402/16, datados de trinta de Dezembro de dois mil e nove e vinte e sete de Janeiro de dois mil e dez, respectivamente, referente ao pedido de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apoio financeiro para aquisição de painéis solares térmicos, formulado pelo Centro Social Paroquial de Sameiro.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro no valor de dois mil, oitocentos e seis euros e quarenta e um cêntimos (€2.806,41). ----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Deliberação sobre o pedido de parecer com vista à obtenção do estatuto de Utilidade Pública, formulado à Câmara Municipal de Manteigas pela ADIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas.-----**

-----Foi presente o ofício referência 10/2011, datado de quinze de Março de dois mil e onze, subsequente à comunicação datada de vinte de Julho de dois mil e dez e ao ofício da Câmara Municipal referência 690/DC, de dezassete de Fevereiro de dois mil e onze, referente ao pedido de parecer com vista à obtenção do Estatuto de Utilidade Pública, formulado pela ADIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas. -----

-----O Senhor Presidente expôs que a associação visa prestar ajuda aos mais necessitados e também actua na área da formação, tendo já desenvolvido algumas acções de formação em colaboração com os bombeiros que, para o efeito, cederam as suas instalações. -----

De seguida, propôs que a Câmara emita parecer favorável com vista à obtenção, por parte da associação, do Estatuto de Utilidade Pública. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia opinou que, na época actual em que a solidariedade se deve sobrepor a um conjunto de divergências, é o primeiro a dizer que tudo o que é solidário é bom. No entanto, considera que a forma, como no ofício se enquadraram os objectivos e os projectos, foi pouco clara, ficando incapaz de dar o seu parecer. Todavia, pensa que mais valem as acções, mais vale uma imagem do que cem palavras, por isso, não se opõe a que seja dado um parecer favorável com vista à obtenção do Estatuto de Utilidade Pública.-----

Prosseguiu dizendo que, infelizmente, existem poucas acções na área das crianças. Relativamente a outras áreas, pensa que já existe um diagnóstico feito, quer através da Santa Casa da Misericórdia, quer através da Câmara Municipal, quer através do Centro de Saúde, onde foram apuradas quais são as pessoas necessitadas.-----

Concluiu dizendo que só após a leitura dos estatutos percebeu o objecto proposto que, embora vago, tem por finalidade dinamizar as actividades sociais, culturais, formativas e recreativas que contribuam para os interesses da população do Concelho de Manteigas. Assim sendo, admite vagamente dar o seu parecer favorável para que seja considerado. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que conhece particularmente algumas actividades já desenvolvidas que, pese embora tenham algum relevo junto de parte da população, não são assim tão visíveis tendo em conta que se trata, essencialmente, de roupas, objectos de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

utilização no lar e distribuição de alimentação. Estas acções passam despercebidas tendo em conta que quem recebe a ajuda não quer que se fique a saber. -----

Aditou que a Junta de Freguesia de Santa Maria está também a fazer um trabalho semelhante em colaboração com a Segurança Social, nomeadamente a distribuição de alimentação às famílias mais carenciadas do Concelho. Infelizmente, o recurso a este tipo de apoio tem vindo a aumentar. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia pensa que esta matéria toca a todos. De um muro novo a ser instalado, prefere que seja humano. Prefere que não haja pessoas no Concelho com estas dificuldades e que a Câmara tenha uma parte extremamente activa. Pensa que as instituições devem apoiar a Câmara Municipal para diagnosticar este tipo de situações, ou outras. Saliu que não se importa de dar parecer para que se altere, por completo, um Plano de Actividades, desde que este se dirija, essencialmente, às pessoas carenciadas. -----

Concorda com o Senhor Presidente quando diz que existe vergonha social. Citou a título de exemplo: gente de Sameiro que veio inscrever-se a Manteigas para receber esses bens alimentares ou outros, não os querendo receber em Sameiro por vergonha. -----

Por conseguinte, apelou para que o Senhor Presidente incumba a ADIM, ou outra instituição, que informe a Câmara a fim de que o diagnóstico seja bem apurado, para que a Câmara esteja presente tanto quanto seja possível onde houver uma carência. -----

Deixou nota que, se a Câmara tiver de gastar dinheiro, que seja para que não haja fome, que pelos vistos está a aumentar em Portugal. -----

-----O Senhor Presidente informou que a Câmara já está a apoiar estas situações. Existe um elemento da Câmara, muito próximo dessas instituições, que conhece as carências de parte da população. As famílias mais carenciadas, são analisadas face aos critérios que a própria Segurança Social utiliza. -----

Prosseguiu dizendo que a Junta de Freguesia de Santa Maria está a distribuir bens alimentares a famílias carenciadas numa acção, aconselhada pela Câmara Municipal. Ele, Presidente da Câmara, teve conhecimento de um programa de ajuda da Segurança Social e em conjunto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, diligenciaram para o implementar. Entendeu-se também com a Segurança Social, que fosse a Junta de Freguesia de Santa Maria a desenvolver este processo, visto que é mais recatado e tendo em conta que há muita gente que não recorre a este tipo de ajuda por vergonha social. A Câmara Municipal já está envolvida e, ir-se-á envolver muito mais à medida que for necessário. -----

Saliu que, no que diz respeito à habitação social, foi efectuada uma reanálise de todos os processos, tendo em conta que havia habitações que eram apenas habitadas durante as festas do Senhor do Calvário e da Senhora da Graça, tendo sido depois redistribuídas às famílias mais



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

carenciadas. Esta é uma preocupação constante da Câmara Municipal que não passa para o exterior. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que se deve ter muita atenção com estas situações visto que também existem casos de famílias que recebem e não precisam.-- Relativamente às habitações sociais, existem realidades que estão sofismadas. Sabe-se que há pessoas que possuem uma habitação social a custos altamente reduzidos e que alugam uma garagem para guardarem a mota e o carro. Entende que deve haver uma atitude mais institucionalizada, em que a Câmara Municipal, em conjunto com a Segurança Social e com estas instituições apurem as reais necessidades, para se poder apoiar e aliviar, sem populismos, esta fase negra em que algumas das famílias do Concelho se encontram. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso pensa que o histórico apresentado pela ADIM não ajuda a Câmara a tomar uma decisão fundamentada. O currículo desta associação apresenta uma acção de formação profissional em dois mil e onze, um projecto em fase de implementação, um projecto criado há cerca de um mês e um projecto de grandiosidade superior que terá sido apresentado ao Senhor Presidente e que ele, Vereador da Câmara, desconhece.--- Prosseguiu dizendo que se vai abster de votar, porque não é pelo histórico descrito que reconhece à ADIM o merecimento para emitir o parecer favorável com vista à obtenção do Estatuto de Utilidade Pública, mas principalmente em função dos projectos e das intenções manifestadas que espera que se concretizem.-----

Esclareceu o Senhor Vereador José Manuel Cardoso que a Câmara Municipal recebia com regularidade roupa para todas as idades, oferecida pela Comunidade de Morlães, em que os utentes das entidades receptoras manifestaram desinteresse por essas ofertas. -----

De seguida, indagou sobre qual é o projecto de grandiosidade.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que o projecto de grandiosidade é o projecto de recolha de roupas e bens alimentares para distribuir pela população de Manteigas.-----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador José Manuel Cardoso, emitir parecer favorável à obtenção do Estatuto de Utilidade Pública à ADIM – Associação Dinamizadora dos Interesses de Manteigas.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Deliberação sobre o pedido de subsídio formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, relativo à Expo Estrela.-----**

-----Foi presente a comunicação datada de onze de Abril de dois mil e onze, referente ao pedido de subsídio, formulado pelo CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas, relativo à Expo Estrela. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sugeriu que se suprimam as senhas na Feira do Queijo e se encontre uma forma de se organizar uma Mostra de Queijos. Indicou que se consulte a Adega Cooperativa da Covilhã ou do Fundão e se estabeleça uma parceria no sentido de oferecerem o vinho, a Câmara dar o queijo e organizar-se um evento colectivo. -----

Pensa que é bom que se comemore o dia do queijo, porque Manteigas é uma terra queijeira. -----

-----O Senhor Presidente partilha da mesma opinião no que diz respeito à abolição das senhas e frisou que é necessário alterar a forma como é realizada a feira do queijo. -----

-----Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de três mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e vinte e um cêntimos (€3.664,21). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2010 e aplicação do resultado líquido do exercício.**-----

-----O Senhor Presidente apresentou as contas do ano de dois mil e dez, o Relatório com todos os documentos que têm de ser presentes e a caracterização da actividade municipal. -----

Referiu que se constata que foi um ano com algumas dificuldades no que diz respeito aos investimentos que se previam fazer ao longo de dois mil e dez. Não foi possível executá-los porque a Câmara foi recebendo várias notificações de reprovação de algumas candidaturas que tinham sido feitas em 2009 tendo em conta que não havia projectos devidamente consubstanciados, sem maturidade suficiente e, assim sendo, não houve financiamentos, ao longo do ano de dois mil e dez, através do QREN. A Câmara teve de fazer projectos quase em tempo recorde para consubstanciar as respectivas candidaturas. Neste momento estão, na sua maior parte, em fase de aprovação e uma delas em fase de celebração do respectivo contrato. Portanto, houve uma falta de investimento durante o ano de dois mil e dez, um pouco aquém da execução que estava prevista em termos orçamentais, em grande parte por falta do financiamento do QREN. Todavia, no que diz respeito à execução do PPI - Plano Plurianual de Investimentos, houve uma ligeira subida em relação ao ano de dois mil e nove.-----

No que diz respeito às despesas correntes, na apresentação do PPI e do Orçamento para dois mil e dez e na sua gestão durante o ano, houve, desde logo, a preocupação de imprimir uma redução significativa que se cifrou em cerca de dezasseis por cento (16%) na maior parte das rubricas orçamentais e pôde-se concluir que se chegou ao final do ano com cerca de quinze por cento (15%) de despesas correntes a menos, do que no ano de dois mil e nove. Ou seja: durante o ano de 2010, a Câmara gastou consigo própria, menos de 15% do que em 2009. -----

Prosseguiu dizendo que é necessário poupar, é necessário cortar, é necessário reduzir.-----

Essa mesma filosofia esteve subjacente para o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de dois mil e onze, não com um corte tão expressivo na ordem dos dezasseis por cento (16%) mas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

com um corte de cinco por cento (5%), exactamente a mesma percentagem que o Estado cortou nas transferências.-----

Foi dito pelo Estado que ia cortar nas transferências para a Câmara Municipal, portanto, é perceptível que há uma redução significativa no ano de dois mil e dez, daquilo que a Câmara gastou consigo própria.-----

A maior parte das despesas correntes são do funcionamento da Câmara e dos diversos equipamentos mas, à medida que as câmaras municipais colocam os seus equipamentos à disposição pública, aumenta a despesa corrente. Não houve, por essa via, o aumento de despesas correntes porque nenhum equipamento foi disponibilizado à população, situação que, espera, se altere durante o ano de dois mil e onze.-----

Continuou dizendo que o Relatório dá conta, também, de algumas alterações ao nível da própria estrutura da Câmara e das formas de gestão, onde também se alteraram alguns métodos e alguns hábitos. Os grupos gestores não têm todos a mesma forma de gestão, não significando que, com isso, sejam melhores ou piores, poderão sim, ter dinâmicas diferentes e intervenção em áreas completamente distintas.-----

Prosseguiu dizendo que a Câmara Municipal direccionou a sua intervenção para a publicitação e valorização do território do Concelho fora das suas fronteiras, com a candidatura do Vale Glaciar às “Sete Maravilhas Naturais de Portugal” e colocou-o, também, no mapa daqueles que fazem da natureza uma atracção turística e que gostam de passear e usufruir das belezas da Serra da Estrela. Em função dessa atitude, o Concelho tem mais algumas visitas do que teve no ano passado.-----

De seguida, disponibilizou-se para esclarecer alguma questão relativamente às contas, que os Senhores Vereadores quisessem ver esclarecida.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, genericamente, achou de uma estranheza absoluta aparecer um Mapa de Execução do PPI (Plano Plurianual de Investimentos), tendo em conta que, se não há PPI em dois mil e dez, como é que aparece um Mapa de Execução do PPI? Que dados é que se comparam quando se avalia o PPI? Daí que manifestou as suas maiores dúvidas quanto à oportunidade deste mapa. Continuou dizendo que, é expresso nesse Mapa, uma execução na ordem dos trinta e um por cento (31%) ou trinta e dois por cento (32%), todavia, desconhece se é uma avaliação de um Plano imaginário, que nunca viu e, nunca o tendo visto, existe uma lacuna relativamente a esta matéria, pois não há dados comparáveis. É uma avaliação de faz-de-conta.-----

Quando em dois mil e dez foi elaborado o Plano de Actividades, alertou para o facto de que, um dos documentos obrigatórios das GOP's – Grandes Opções do Plano é o PPI, onde devem



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

constar todas as matérias que se constituem como um investimento. Em dois mil e onze aconteceu, exactamente, a mesma lacuna e omissão em desrespeito pela legislação em vigor.---  
Relativamente às despesas correntes, viu-se que houve uma redução. Porém, estamos perante uma ilegalidade, na medida em que as receitas correntes são inferiores às despesas correntes. Como se sabe, o equilíbrio é o mínimo obrigatório que se impõe: que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes. -----

Prosseguiu dizendo que o Senhor Presidente tinha referido, momentos atrás, que cada um tem a sua forma de gestão. Ficou contente por o ouvir. Todavia, a ideia que o Senhor Presidente transmitiu, quando entrou para a Câmara Municipal, é que ela parecia um caos, “sem rei nem roque”, enfim, um desgoverno. No entanto, a Câmara Municipal tinha um “Q” de qualidade. Tinha certificação de qualidade estabelecida em termos dos normativos europeus relativamente a todos os serviços da Câmara. E pensa que, ainda hoje, é a única Câmara do País.-----

A ideia com que se fica é: se a Câmara tinha um “Q” de qualidade, se os funcionários são os mesmos, se as normas na generalidade não foram alteradas, então eram os gestores que não tinham qualidade nenhuma. Todavia, os gestores do mandato anterior, têm provas bastas e longas de que, efectivamente têm qualidade quer na gestão da coisa pública, quer na gestão privada. -----

No que diz respeito à promoção do Concelho, reconheceu que se aproveitou muito bem a oportunidade que surgiu, pelo que louvou a iniciativa do Senhor Presidente. Todavia, recorda, quando o anterior Executivo mandou colocar uma placa a publicitar que o Concelho de Manteigas era o primeiro relativamente à sustentabilidade e desenvolvimento sustentado, com variadíssimos itens de caracterização, o actual Presidente da Assembleia Municipal, membro do Partido Socialista, na altura teceu os piores vitupérios contra o cartaz e contra a qualificação de Manteigas como o primeiro em qualidade e vida. -----

Prosseguiu dizendo que, no Período Antes da Ordem do Dia, reflectiu que o Senhor Presidente fez os possíveis e que tem, entusiasmadamente, trabalhado para que a Estradas de Portugal e o Governo requalifiquem a E.R. 338. No entanto, quando a E.N. 232 foi recuperada, há cerca de oito ou nove anos atrás, o anterior Executivo foi invectivado pela mesma pessoa e por outras como a que foi referenciada, blasfemando que a estrada não avançava porque o Executivo era mole, frouxo e pouco exigente. Salientou que, todavia, o arranjo da estrada se tratava de uma promessa de há vinte anos atrás, portanto, anterior ao ano de mil novecentos e noventa e quatro. Ressaltou que, ao contrário, o Senhor Presidente não tem sido mole, nem frouxo, nem pouco exigente, assim como ele, quando era Presidente de Câmara, não o foi. Aqui estão as diferenças existentes relativamente às duas posturas sendo que a dos Vereadores do Partido Social Democrata é de louvar o que é louvável, criticar o que é criticável. Diferentemente o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

partido que sustenta a eleição do Senhor Presidente, esteve sempre contra, mesmo em relação às coisas boas de Manteigas.-----

Continuou dizendo que, quando se dizia que Manteigas era o primeiro Concelho em qualidade de vida, logo foi arranjado um estudo da UBI – Universidade da Beira Interior, de duvidosa credibilidade, que não era científico, dizendo que afinal Manteigas não era o primeiro, mas sim o vigésimo primeiro Concelho em qualidade. -----

Concluiu dizendo que sempre dirá bem do que está bem. Quanto aos planos de ambos os Executivos, do anterior e do actual, significa que Manteigas os necessita e, quando não se executam é porque não se consegue por qualquer motivo. Não é porque os Autarcas queiram “polvilhar” o Plano de Actividades com muitos projectos. Tal como o Senhor Presidente diz na sua justificação actual. É necessário fazer constar os projectos em termos legais, para se poder concorrer, sendo depois abandonados os que não tiverem financiamento. -----

Quanto à execução propriamente dita não comenta. Quanto às prioridades escolhidas, já existem sérias críticas que depois apresentará na sua Declaração de Voto. -----

-----O Senhor Presidente confirmou que o Senhor Vereador José Manuel Biscaia tem vindo a dizer que o actual Executivo não apresentou o PPI, que o documento não traduz o PPI. Clarificou que isso já foi discutido diversas vezes, nomeadamente na apresentação do Plano de Actividades de dois mil e dez e de dois mil e onze. Contudo, curiosamente, a Conta de Gerência do ano de dois mil e nove foi apresentada, da mesma forma, como a Conta de Gerência de dois mil e dez. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que esses documentos tiveram a sua crítica e um erro não significa a sua repetição. Há que corrigir.-----

-----O Senhor Presidente evocou que o anterior Executivo também não tinha apresentado PPI. Salientou, uma vez mais, que os documentos que o actual Executivo apresentou para votação, na Câmara e na Assembleia Municipal, têm exactamente a mesma forma que os documentos que o anterior Executivo apresentava. Aditou que a Câmara Municipal de Manteigas é, à semelhança de outras câmaras, associada da AIRC – Associação de Informática da Região Centro e, todas utilizam o mesmo *software* para apresentação deste tipo de documento, o que varia são as opções políticas, as opções de investimento e os valores. O formato é exactamente o mesmo. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia contrariou a argumentação do Senhor Presidente e reforçou que, este ano, assim como no ano passado, lhe foram presentes as GOP – Grandes Opções do Plano e não lhe apresentaram em separado o PPI – Plano Plurianual de Investimento, assim como exige o POCAL. Prosseguiu dizendo que as GOP’s são constituídas pelo PPI e as AMR – Actividades Mais Relevantes e estes dois documentos são objecto de uma



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

avaliação autónoma. Prosseguiu reiterando a sua admiração referente ao facto de, se não há PPI, como é que aparece o Mapa Anual de Execução do PPI. Salientou que não é lógico.-----

-----O Senhor Presidente perante a insistência do Senhor Vereador voltou a referir que estava a apresentar a Conta de Gerência do ano de dois mil e dez, tal qual foi apresentada a Conta de Gerência do ano de dois mil e nove, que foi conduzida pelo anterior Executivo. O formato é o mesmo, tendo em conta que não há outro formato de apresentação. Aditou que os documentos têm sido sistematicamente remetidos ao Tribunal de Contas que até hoje, não levantou qualquer tipo de problema.-----

Prosseguiu realçando que, em relação às questões que o Partido Socialista discutiu no passado, existem diferenças em tudo. A forma de pensar difere de cidadão para cidadão e os comportamentos também. Salvaguardou que tomou posse como Presidente da Câmara em trinta de Outubro de dois mil e nove, portanto, as considerações que alguém teceu ou alguém possa tecer não o responsabilizam. Aditou que, politicamente ou partidariamente, poderá confrontá-lo com elas quando o ouvir dizer que comunga em absoluto com tudo aquilo que é dito. O que não é o caso. Nunca comunga em absoluto, porque felizmente, todos pensam, todos têm opiniões e opções muito próprias.-----

Justificou as opções feitas para o ano de dois mil e dez, ou seja, a falta de investimento para as despesas de capital, com o seguinte: a dívida foi aumentando à medida dos compromissos assumidos pelo anterior Executivo; com contratos feitos para obras, algumas iniciadas no final do anterior mandato e no início do actual. Outras obras foram iniciadas, todavia não estavam contratualizadas. Isto obrigou a Câmara a uma sobrecarga financeira que impediu o actual Executivo de investir da forma como pretendia. A título de exemplo citou as dívidas amortizadas durante o ano de dois mil e dez a duas empresas, na ordem de meio milhão de euros, aproximadamente. Prosseguiu dizendo que a dívida se encontra ainda elevada mas, tudo irá ser feito para, nos próximos anos, se reduzir ainda mais.-----

Continuou dizendo que, a Câmara não deixou de ajudar aqueles que mais necessitavam, de promover actividades sociais junto dos idosos e dos jovens, com menos custos para a Câmara Municipal, porque recorreu a parcerias e a programas do Inatel. Portanto, não se deixaram de fazer as coisas que se teriam de fazer, mas não se investiu como havia sido pensado, porque não houve capacidade financeira para isso. Espera que em dois mil e onze essa capacidade financeira venha a melhorar.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que qualquer compromisso que se assuma não pode ser assumido antes de haver um cabimento. O cabimento significa que é uma reserva, obrigatória e imperativa, relativamente a um determinado tipo de projecto. Esse cabimento, quando depois é passada a requisição para aquisições, ou quando há um contrato



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para obras, imediatamente deixa de ser cabimento para ser o compromisso. Como compromisso é lançado na conta “Credores” da Câmara. O que significa que a todo o momento, se não houver laxismo nos lançamentos dos compromissos, sabe-se qual é a verba de dívidas a credores. E essa verba, só é abatida quando a factura é paga. Mesmo se a factura não tiver chegado ou não tenha sido conferida, a despesa consta obrigatoriamente. Se a dívida não é conhecida, é porque os serviços não cumpriram com aquilo que é obrigatório, que é a fiabilidade e a contemporaneidade dos dados nos lançamentos. Isso é grave e é necessário chamar à atenção a quem executa essa tarefa. -----

Prosseguiu dizendo que, quando em mil novecentos e noventa e quatro tomou posse, a Câmara Municipal tinha uma dívida de cerca de dois milhões de euros. Ia desde a intervenção na Escola C+S até à Escola Profissional de Hotelaria. Por conseguinte, cada um gere como entende melhor as dívidas e os créditos que tem com planos e orçamentos adequados. -----

Continuou dizendo que o Senhor Presidente expressa na introdução do Plano para dois mil e dez, que tem em dívida um milhão trezentos e quinze mil euros. É pena que nada refira sobre que havia reembolsos a receber. O que significava que a dívida era reduzida no valor que viesse do Poder Central ou da União Europeia, portanto, esse reembolso compensava parte da dívida de investimento. Pensa que fazia sentido que o Senhor Presidente mencionasse na introdução do Relatório de Actividades, qual tinha sido o valor concreto do reembolso sobre as obras que já estavam em execução ou executadas. -----

Continuou referindo que o Senhor Presidente diz no Plano de Actividades, que estes documentos - o Plano de Actividades e o Orçamento – “...reflectem a intenção de realizar os investimentos considerados prioritários e possíveis no momento presente, para o desenvolvimento do Concelho de Manteigas...”. Portanto, conclui que o senhor Presidente tinha uma noção do que era necessário e também do que era possível fazer com este Orçamento e Plano de Actividades. -----

Prosseguiu dizendo que se há omissões relativamente ao conhecimento da dívida e da realidade pragmática, quer interna quer externa da Câmara Municipal, provavelmente, o Senhor Presidente foi pouco exigente quando não pediu estes documentos para ter o conhecimento exacto da situação em que se encontrava a Câmara Municipal. Aditou que o Senhor Presidente também refere que irá fazer os possíveis no sentido de aumentar a capacidade financeira através dos Fundos Comunitários. Quando o Senhor Presidente iniciou o seu mandato, estava a acabar o QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III e ainda não começara o QREN. Portanto, está a ser vítima daquilo que aconteceu consigo, quando Presidente da Câmara em mil novecentos e noventa e quatro, em início de mandato: estava a acabar o QCA I e ainda não tinha começado o QCA II. Todavia ele, enquanto ainda era Presidente da Câmara em dois mil e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nove, deixou garantido, através da Comunidade Urbana das Beiras, um financiamento de dois milhões de euros. Em mil novecentos e noventa e quatro, quando chegou à Câmara, não encontrou nada negociado, por ninguém relativamente ao QCAII. O facto, é que até agora, parece, que não se abriu qualquer porta ao Senhor Presidente para aumentar o financiamento europeu. Nada para mais, além destes dois milhões de euros, que lhe aportou em termos de provisionamento para financiamento dos investimentos previstos em Plano e Orçamento. -----

Continuou dizendo que não ia criticar a quantidade dos projectos que foram apresentados em Plano de Actividades. Contudo, se se considerarem, para os próximos anos, apenas quatro projectos, de acordo com os valores plurianuais das GOP's, falamos de vinte milhões de euros de investimento. É perfeitamente inexecutável, pelo que está disponível para com o Senhor Presidente fazer uma revisão de tudo. Dois milhões é o que está garantido. Todavia, é preciso pôr sempre em cima do investimento vinte cinco por cento (25%) da componente nacional e admite que o Senhor Presidente não irá conseguí-lo porque aumentou muito a dívida da Câmara Municipal no ano de dois mil e dez o que reduz a capacidade de endividamento. -----

Rematou dizendo que não está de acordo com algumas intervenções não prioritárias cuja análise não está expressa no Relatório. Perdoa a ignorância que o Senhor Presidente diz ter tido ao momento quanto à situação que encontrou, porque ele, Vereador José Manuel Biscaia e todo o Executivo conheciam ou deveriam conhecer. -----

----- O Senhor Presidente fez referência a duas questões levantadas pelo Senhor Vereador: em primeiro, a dívida. Concordou que a dívida no final do ano de dois mil e dez foi superior à dívida do final do ano de dois mil e nove. Isso aconteceu, tal como já havia dito, porque os compromissos que foram deixados obrigaram a que isso acontecesse. "Apareceu" uma factura de setecentos mil euros da Embeiral, cuja existência desconhecia; segundo lhe foi transmitido pelos Serviços de Contabilidade, não tinha lá chegado, não estava registada e não foi contabilizada. O que era hábito fazer-se na Câmara Municipal, assim como havia um amontoado de facturas que ficavam de uns anos para os outros, que não eram reflectidas no Orçamento do ano a seguir porque não havia cabimentação suficiente para as reflectir. Isto foi transmitido pelos Serviços de Contabilidade e pela Revisora Oficial de Contas, inclusivamente. A dívida aumentou porque havia compromissos, havia obras lançadas que, entretanto, tiveram execução física, autos de medição e as respectivas facturas. O que estava em curso não foi parado. -----

Prosseguiu expondo que ainda está a decorrer a obra da estrada de ligação da Enxertada à Senhora dos Verdes, os trabalhos a mais. Essa obra ainda vai facturar. Foi um compromisso assumido há cerca de três anos atrás, cujos contratos não estavam sequer celebrados com a Câmara. É uma dívida que a Câmara tinha, mas não estava contabilizada, nem sequer fazia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

parte do orçamento porque não estava contratualizada, nem sequer estava cabimentada, não tinha uma rubrica para cabimentação. -----

De seguida, chamou a atenção do Senhor Vereador para a Relação das Dívidas aos diversos fornecedores e empreiteiros porque, neste momento, as dívidas existentes a fornecedores e empreiteiros são os compromissos que já vinham de trás, que entretanto foram sendo facturados. Daí haver um aumento da dívida da Câmara. -----

Prosseguiu dizendo que quando o Senhor Vereador José Manuel Biscaia estava a referir-se aos dois milhões de euros, estaria certamente a somar as Operações de Tesouraria. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia salientou que estava a falar do final do ano. -----

-----O Senhor Presidente frisou que, mesmo falando do final do ano, se devem retirar as Operações de Tesouraria. -----

No que diz respeito aos reembolsos, o Plano de Visitação da Serra da Estrela teve reembolsos, mas quanto à factura da Embeiral, dos setecentos mil euros, não houve reembolso porque não teve cobertura em termos de financiamento. O actual Executivo apresentou uma candidatura para esta factura, há cerca de dois meses. Se se conseguir o financiamento, haverá uma redução significativa. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia reiterou que, a partir do momento em que se assume um compromisso, os credores ficam imediatamente com a conta em aberto, por conseguinte, sabe-se quanto é que se deve a credores. Enquanto não se pagar, deve-se havendo ou não factura. -----

-----O Senhor Presidente referiu que entendia o que o Senhor Vereador estava a dizer, todavia, desde a assinatura do contrato e o compromisso até à efectivação da dívida, ainda vai uma distância bem grande. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia retorquiu que isso não interessa, porque a dívida está lá e quando a dívida não tem cabimento no ano seguinte, faz-se a chamada avaliação dos credores de anos seguintes. Se a conta "Credores para Anos Seguintes" não está a ser detalhada, é necessário alertar a ROC - Revisora Oficial de Contas e o contabilista para efectuarem os registos nessa conta. Isto é contabilisticamente exigível. -----

-----O Senhor Presidente referiu que pediu à Senhora ROC que apresentasse uma relação de todas as dívidas contraídas pela Câmara Municipal, desde Novembro de dois mil e nove, para se perceber claramente no momento da entrega dessa listagem, a que se referem essas dívidas. ----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que existe uma conta chamada "Exercícios Futuros", criada para suprir a necessidade de manter os registos de compromissos para anos futuros. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso iniciou a sua intervenção dizendo que se algum funcionário tivesse algum procedimento dessa natureza, ou seja, amontoar facturas de uns anos para os outros; se fosse um funcionário zeloso, ao darem-lhe essa ordem, não a devia aceitar nem que fosse só uma factura. Todavia, isso nunca aconteceu. Agora havia facturas, tal como aconteceu este ano com o Senhor Presidente, que não foram pagas em dois mil e dez e vão ser pagas em dois mil e onze. Os saldos transitam de um ano para o outro.-----

De seguida, falou do aumento significativo do endividamento: o endividamento de médio e longo prazo subiu: o valor é de cento e trinta e quatro mil, trezentos e sete euros e quarenta e dois cêntimos (134.307,42€) e contraiu mais um empréstimo. Amortizou os empréstimos, o capital e os juros dos empréstimos que estão em dívida. Mas entre este e o endividamento de curto prazo há um valor de quinhentos e oito mil, setecentos e seis euros, e setenta e nove cêntimos (508.706,79€), pelo que há um saldo total de seiscentos e quarenta e três mil, e catorze euros e vinte e um cêntimos (643.014,21€) de aumento da dívida.-----

Os valores do endividamento tanto de curto como médio e longo prazo são os mais altos de sempre.-----

No final do ano a Câmara apresentava dívidas a cento e sessenta e três fornecedores, que atingiam o montante nunca antes atingido de dois milhões, quinhentos e vinte cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e trinta cêntimos (2.525.852,30€). Isto não tem nada a ver com cauções. Nunca a Câmara atingiu o final do ano com uma dívida destas.-----

Encontra-se inscrito no Balanço um empréstimo de curto prazo, cuja origem desconhece e que gostaria de ver esclarecido, com um saldo de trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro euros e trinta e três cêntimos (356.394.33€) no final do ano. Por conseguinte, indagou sobre quem o autorizou. Frisou que não consta do Mapa dos Empréstimos e consta na terceira página do Balanço.-----

-----O Senhor Presidente solicitou a presença do Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, para aclarar as dúvidas levantadas.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano esclareceu que se refere a uma regra de contabilidade patrimonial, em que se deve registar a curto prazo o previsível que se vai amortizar nos empréstimos de médio e longo prazo, ou seja, vai-se retirar o valor dos empréstimos a médio e longo prazo e registar-se como empréstimos a curto prazo.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou se são os encargos previsíveis.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano respondeu que não são os encargos, mas sim as amortizações.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que isto deveria constar nas anotações ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Pensa que esta matéria, da mesma forma como se fizeram os comentários às provisões que foram feitas, também merece um comentário para que possa ser esclarecido. -----

----- O Senhor Presidente afirmou que é uma questão que pode ser colocada à ROC. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso prosseguiu dizendo que nas dívidas de terceiros, há uma dívida que conseguiu identificar através do Mapa Orçamental da Receita, que tem a ver com a água e com a rede de distribuição de água. A primeira que apurou foi no valor de trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro centimos (396.857,64€). Quanto à rede de distribuição de água no valor de quarenta e sete mil, setecentos e setenta e três euros e cinquenta e três centimos (47.773,53€), indagou se seria a rede de água, saneamento e resíduos e se será a facturação do último mês. -----

----- O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano esclareceu que este último valor, os quarenta e sete mil, setecentos e setenta e três euros e cinquenta e três centimos (47.773,53€) têm a ver com o valor das rendas a receber. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso manifestou a sua surpresa e questionou se a rede de distribuição de águas é rendas. -----

----- O Senhor Presidente informou que são as rendas a receber desde o ano de dois mil e oito.

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso perguntou sobre se os trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e oito euros e oitenta e três centimos (349.828,83€) têm a ver com a empresa de águas “Da Nascente”. -----

----- O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, clarificou que o restante é da AZC - Águas do Zêzere e Côa, S.A. e da Fonte Paulo Luís Martins. -----

----- O Senhor Presidente aditou que havia um encontro de contas que era feito entre a Câmara e a AZC e a fórmula que está a ser utilizada, neste momento, não é essa. Aparece a dívida à AZC porque a Câmara Municipal está a emitir notas de débito à AZC. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que, contabilisticamente é a mesma coisa. -----

Prosseguiu dizendo que a rubrica “Outros Devedores” (contas 262, 263, 267 e 278) no montante de quinhentos e oitenta e três mil, cento e vinte seis euros e dez centimos (583.126.10€), cuja origem se desconhece, não consta, mas deveria constar, do Mapa Orçamental da Receita. -----

----- O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano clarificou que são as participações que a Câmara Municipal tem a receber das obras, do Apoio à Visitação da Serra da Estrela, ou seja, reembolsos de Fundo Comunitários. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que foi aquilo que o Senhor Rui Suzano, Coordenador da Secção de Contabilidade da Câmara Municipal de Manteigas, sempre se recusou contabilizar, por não ser legal, durante todos os anos em que esteve no Executivo.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano replicou dizendo que sempre foram contabilizados.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que, enquanto Vice-Presidente da Câmara, andou meia dúzia de anos a insistir sobre esta matéria, finalmente está a ser feito. Vale mais tarde do que nunca. É evidente que isto dá muito jeito nas contas.-----

Prosseguiu indagando relativamente ao Património e aos Resultados Transitados, se contabilisticamente o valor do património de dois mil e nove é rigorosamente igual ao de dois mil e dez.-----

No ponto 8.2.28 na explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe cinco, “Fundo Patrimonial” verifica-se que há somatórios das colunas verticais e não há somatórios das colunas horizontais. Na sua opinião, os valores das rubricas do “Património” e dos “Resultados Transitados” parecem-lhe estarem errados. O total está certo, mas os somatórios horizontais não foram feitos. Logo o Balanço tem dados incorrectos.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano concordou e referiu que não estava a perceber porque é que isso acontece. Constatou que o programa não vai buscar estes movimentos, ou senão, eles apareceriam.-----

Afirmou que iria verificar o que se estava a passar a fim de corrigir as inexactidões.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso continuou dizendo que as considerações que estava a fazer têm por base um orçamento que foi contestado por ele na altura. Quando foi apresentado o Orçamento ele sabia que, à partida, era impossível concretizá-lo e, infelizmente, em dois mil e onze repetiu-se um pouco aquilo que já tinha acontecido no ano transacto.-----

Em relação às “Provisões Para Riscos e Encargos”, foi previsto na conta 292 um montante de trezentos e cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos (353.261,40€) referente a dívidas da empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A, que considera positivo, como medida cautelar até que os tribunais decidam sobre esta matéria.-----

No que diz respeito à “Amortização De Empréstimos”, no ano de dois mil e dez foi significativa. O montante amortizado (Juros, cinquenta e um mil quatrocentos e nove euros e noventa e dois cêntimos (51.409,92€) e Capital, trezentos e vinte cinco mil, novecentos e vinte e três euros e setenta e quatro cêntimos (325.923,74€)) ascende a trezentos e setenta e sete mil, novecentos e vinte e três euros e setenta e quatro cêntimos (377.923,74€), o que equivale ao empréstimo para



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a compra da Sotave que foi no valor de trezentos e noventa e seis mil oitocentos e setenta e cinco euros (396.875.00€).-----

Prosseguiu alertando o Senhor Presidente para o facto de os encargos para dois mil e onze irem aumentar, por via do aumento do endividamento, que se acentuará ainda este ano, e para o aumento das taxas de referência. Há empréstimos em período de carência em que ainda não foi amortizado nenhum capital, logo, haverá um aumento exponencial dos encargos financeiros que há que acautelar, sendo necessário reduzir ainda mais que os quinze por cento (15%) as despesas correntes, até porque as despesas com pessoal vão também disparar durante o ano dois mil e onze, sendo seguro que muito brevemente o Senhor Presidente apresentará uma proposta para aumentar ainda mais o endividamento. -----

No que refere o “Saldo de Tesouraria”, o valor dos depósitos mais o saldo de caixa é de quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e dez euros e setenta e cinco centimos (553.410,75€). Deduzidas as cauções no montante de quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e dois euros e quarenta e três centimos (531.572,43€), o saldo de tesouraria era de vinte e um mil, oitocentos e trinta e oito euros e trinta e dois centimos (21.838,32€). Termina-se o ano com este saldo de tesouraria, o que quer dizer que se utilizaram os recursos até onde era possível, ficando-se com uns trocos para qualquer coisa mais urgente. -----

Quanto à “Execução Orçamental da Despesa e da Receita”, os números apresentados vêm confirmar todas as previsões enunciadas aquando da apresentação do Orçamento para dois mil e dez, que considerou um orçamental virtual, tal o empolamento da receita.-----

Há um nítido desequilíbrio, que não é de agora, mas que interessa corrigir entre a despesa corrente (que representa cinquenta e cinco por cento (55%) da Despesa) e a despesa de capital quarenta e cinco por cento (45%). Já ouviu muitos comentários na Assembleia Municipal, cada vez que a despesa corrente ultrapassava a despesa de capital. Ouviu isto durante oito anos seguidos, agora é o Senhor Presidente que começa a ouvir. -----

Continuou dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que sempre defendeu que a despesa corrente não deve ultrapassar a despesa de capital, vai por certo censurar estes números. Mais grave ainda, porque é irregular e ilegal, é transferir receitas de capital para fazer face a despesas correntes. A avaliar pelo aumento exagerado em recursos humanos e encargos financeiros a ocorrer em dois mil e onze, a despesa corrente tem de ser cortada muito além dos quinze por cento (15%). -----

Prosseguiu dizendo que, pontualmente, é necessário fazer estes acertos porque as Câmara são confrontadas com múltiplas situações, que nem sequer são da sua competência, que acarretam despesas que é necessário rever e, verificar se existem condições para as manter sem pôr em risco o equilíbrio financeiro da Autarquia.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Evocou que o orçamento previa trinta e sete por cento (37%) para a despesa corrente e sessenta e três por cento (63%) para a de capital. O desvio foi de dezoito por cento (18%). É um desvio muito grande.-----

A execução do orçamento quedou-se nos cinquenta e um por cento (51 %). Portanto a receita foi metade daquela que tinha sido prevista, mas o que é mais grave, é que a despesa de capital apresentou um valor nunca atingido de trinta e três por cento (33%). O anterior Executivo foi censurado quando atingia os quarenta por cento (40%), agora censura-se o actual Executivo porque foi de trinta e três por cento (33%). É um nível baixo. Sabe que em dois mil e onze a execução orçamental vai ser segura e necessariamente melhor, mas a de dois mil e dez foi pobrezinha.-----

A participação comunitária em projecto co-financiados, em que se previa uma receita de cinco milhões, trezentos e quarenta mil euros (5.340.000,00€), não foi além de um milhão, trezentos e cinco mil, novecentos e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos (1.305.969,80€), menos de 1/4 do previsto, exactamente vinte e quatro por cento (24%).-----

No que diz respeito à “Análise da Receita de Capital”, se se adicionarem os valores de:-----

- Empréstimo de curto prazo – trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro euros e trinta três cêntimos (356.394,33€) (saldo devedor em trinta e um de Dezembro). Agora já não são considerados depois da explicação que foi dada;-----

- Empréstimo para a compra da Sotave - trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e cinco mil euros (396.875,00€);-----

- Os reembolsos de participações comunitárias – um milhão, trezentos e cinco mil, novecentos e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos (1.305.969,80€), que já pode considerar;

- Empréstimo contratado não utilizado na totalidade – cento e dois mil, seiscentos e trinta e um euros, e nove cêntimos (102.631,09€);-----

- Atinge-se um somatório de dois milhões, cento e sessenta e um mil, oitocentos e setenta euros e vinte e dois cêntimos (2.161.870,22€);-----

Uma vez que o total das receitas de capital se ficou por dois milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e um euros e trinta e cinco cêntimos (2.959.231,35€), a restante receita de capital não foi além de setecentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta e um euros e treze cêntimos (797.261,13€), ou seja, vinte e sete por cento (27%) de execução.-----

Este valor não representa mais que nove e meio por cento (9,5%) do total orçamentado de oito milhões quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e catorze euros (8.418.614,00€).-----

Isto quer dizer que, sem a despesa do PERID, no montante de trezentos e oitenta e seis mil, e treze euros e sessenta e oito cêntimos (386.013,68€) que mereceu frequentes lamentos, da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

parte do Senhor Presidente em relação aos danos que fez na tesouraria, durante dois mil e dez e dois mil e onze, a execução financeira se quedaria pelos quatro vírgula nove por cento (4,9%). - Reconheça-se que este é um valor miserável. -----

Em relação ao património, o lapso vai ser corrigido. -----

Apesar de não ser o instrumento ideal, com o Mapa de Execução Anual do PPI, consegue-se ficar com uma ideia mais aproximada daquilo que se vai passando. -----

Prosseguiu dizendo que não há PPI quando se apresenta o Orçamento. É uma irregularidade que já foi denunciada em dois mil e nove e dois mil e dez. Verificou, com agrado, que existe Mapa de Execução Anual do PPI na apresentação de contas. -----

Continuou dizendo que verificou no Mapa em relação a investimentos superiores a cem mil euros (100.000,00€): -----

- O Centro de Demonstração Ambiental de Energias Alternativas – trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos (395.655,57€);-----

- O Relvamento do Campo de Futebol - trezentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos (380.463,65€);-----

- Beneficiação da ligação à E.R. 338 – cento e vinte e três mil, e setenta e sete euros e três cêntimos (123.077,03€);-----

Obras do PERID – trezentos e trinta e seis mil, duzentos e um euros e quarenta e um cêntimos (336.201,41€);-----

- Apoio à visitação - percursos pedestres – duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e um euros e quarenta cêntimos (264.761,40€);-----

Portanto, eram situações que transitaram do ano anterior e a Câmara mais não fez senão dar continuidade àquilo que vinha de trás.-----

Estes valores somam um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€) de investimento, o que significa que se gastou um milhão de euros em investimentos quase invisíveis, e provavelmente não serão prioritários. Praticamente são invisíveis, independente de um ou outro ser importante, mas alguns não eram seguramente prioritários. -----

Existe o Mapa de Execução do PPI, mas não traz nada de novo. -----

Prosseguiu dizendo que em relação ao orçamentado e ao realizado, não castigaria o Senhor Presidente, tal como ele castigava o anterior Executivo. Poderia enunciar uma ou duas dúzias de previsões orçamentais, que tiveram execução zero, mas não vai fazê-lo porque também sabe que o Senhor Presidente, embora tenha feito um mau Orçamento, não tinha condições financeiras, nem tesouraria para executar tudo aquilo que tinha vontade e que verteu para o Plano de Actividades e Orçamento. -----

Concluiu dizendo que a fraca execução do orçamento não trouxe, a Manteigas, nada de novo.----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente frisou que para responder a algumas questões que o Senhor Vereador José Manuel Cardoso tinha levantado, teria que repetir o que já havia dito, nomeadamente o que tem a ver com a escassa entrada de receita, porque não havia projectos consubstanciados que pudessem suportar as candidaturas. Se os projectos estivessem consubstanciados, as candidaturas teriam sido aprovadas e teria havido mais financiamento. Prosseguiu dizendo que foram recebidas notificações na Câmara durante o ano de dois mil e dez a darem conta desta situação. Uma vez que os projectos estavam inscritos no QREN, através da Comurbeiras, o actual Executivo confiou que as candidaturas em andamento iriam ser financiadas durante o ano de dois mil e dez, e por isso introduziu essas verbas no Orçamento. -----

Reconheceu que foi um Orçamento optimista na óptica da obtenção dos Fundos Comunitários porque havia pré-inscrição de alguns projectos através da Comurbeiras.-----

Rematou dizendo que houve cautelas na elaboração do Orçamento de dois mil e onze.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aconselhou o Senhor Presidente que seja muitíssimo selectivo, porque os recursos financeiros que a Câmara tem, incluindo o montante que tem até ao endividamento líquido não dá, minimamente, para fazer mais que dois ou três projectos.-----

-----O Senhor Presidente referiu que não se podem escolher os projectos porque foi o anterior Executivo que os pré-inscreveu na Comurbeiras. Essa escolha está feita. Todavia, existe uma vantagem, que não estava prevista inicialmente e que agora se prevê, que é a possibilidade de se chegar aos oitenta e cinco por cento (85%) de financiamento. Assim, passa a haver mais capacidade de satisfação de financiamento da componente nacional, porque aumenta o financiamento dos Fundos Comunitários. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que no que se refere às facturas que ficaram para o ano seguinte, ou alguém da contabilidade transmitiu mal a informação ao Senhor Presidente, ou então, o Senhor Presidente não entendeu bem.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, argumentou que várias situações chegaram à Contabilidade passados meses e meses, transitando de um ano para o outro, inclusive facturação com informação técnica.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso contra-argumentou dizendo que essa situação foi corrigida e foram dadas ordens à DPOU - Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo, que normalmente era quem guardava as facturas, que quando a factura desse entrada e não fosse imediatamente remetida à Contabilidade, deveriam fornecer à Contabilidade uma cópia da factura, no mesmo dia em que ela entrava.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, afirmou que não era isso que se passava. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou o Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, se a seguir ao cabimento existe o compromisso e se o cabimento remete para a conta 228 “Fornecedores”.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, respondeu que depende das obras. Se forem obras plurianuais poderá não estar reflectido. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que vai para a conta 228 e depois a conta de “Fornecedores” desdobra-se para anos seguintes. Citou a título de exemplo a situação seguinte: o Senhor Presidente faz um projecto que, com toda a legitimidade, pode ir para além do mandato. Mas se se compromete além do final do mandato, fica registado na conta “Fornecedores” e depois no final do ano, a conta “Fornecedores” acerta com “Fornecedores de Anos Seguintes”. E quando ultrapassar os quatro anos, que é o máximo que permite esta circunstância, fica tudo em anos seguintes. Por isso é que existe o Plano Plurianual de Investimentos e a sua execução. -----

Prosseguiu dizendo que a dívida é para liquidar quando se tem a factura, mas mesmo sem factura o compromisso está lançado, e sabe-se que se deve. A conta de “Fornecedores” mobiliza-se exactamente por contrapartida dos compromissos. Quando se paga aos fornecedores, o compromisso reduz. Para anos seguintes, está previsto que haja uma conta específica de “Fornecedores para Anos Seguintes” e quando ultrapassar o limite dos quatro anos seguintes, há uma conta residual e, fica lá como “Contas para Pagamento”. Portanto, a todo o momento se os cabimentos são feitos e os compromissos são lançados com os contratos e com as requisições, nos quinze dias subsequentes, as contas “Fornecedores” e “Dívidas a Fornecedores” estão reconhecidos e visíveis, independentemente das facturas. -----

Prosseguiu dizendo que uma conta tem de equilibrar com outra conta. Quando se regista o compromisso, tem que o reflectir em “Fornecedores”, ou para a conta do fornecedor em concreto. Pode-se fazer as duas coisas, mas vai sempre para “Fornecedores” como conta de controlo de dívidas. -----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, esclareceu que poderá não ser tão linear como o Senhor Vereador estava a dizer. Não era habitual fazer-se esse registo. Depende de procedimentos.-----

-----O Senhor Presidente referiu que havia facturas que ficavam de uns anos para os outros e não eram contabilizadas no Orçamento, porque não havia cabimentação suficiente. A receita não chegava para as pagar e elas ficavam amontoadas. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que deu instruções para que todas as facturas que entram, sejam registadas na Contabilidade.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, referiu que é o que está a ser feito agora.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso salientou que isso foi feito sempre.-----

De seguida, questionou o Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, sobre se alguma vez ele teve conhecimento de alguma factura que não tivesse sido lançada ou registada.-----

-----O Coordenador da Secção de Contabilidade, Senhor Rui Suzano, respondeu que não era isso que estava em causa. A questão era, a factura ser registada meio ano, ou mais, depois.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso retorquiu que a factura ficava na gaveta de alguém. O anterior Executivo identificou o problema: ficavam esquecidas assim como ficavam outras coisas importantes.-----

-----O Senhor Presidente salientou que houve um conjunto de facturas que apareceram na Contabilidade, a seguir ao dia trinta de Outubro de dois mil e nove.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que a Contabilidade tinha a obrigação de saber qual era a dívida da Câmara, independentemente das facturas aparecerem para liquidação.-----

-----O Senhor Presidente frisou que a Contabilidade tem a obrigação de saber o que está cabimentado.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia é de opinião de que a Contabilidade deve saber o que está comprometido, que é um valor exacto. Ao passo que o cabimento é um valor de tese, o compromisso diz exactamente qual é a dívida.-----

-----O Senhor Presidente referiu que também sabe o que é a cabimentação, o compromisso e a dívida. O problema é quando se confunde o cabimento com tesouraria.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que se pode cabimentar para mais que um ano, porque existem “Verbas não Definidas”, que são aquelas que só constam do orçamento. Nas GOP’s e no Plano pode haver outras verbas “Não Definidas”.-----

Prosseguiu dizendo que no PPI entram as verbas e projectos que são considerados de investimento. Todavia, há uma mistura de acções e verbas que não são de investimento, no apresentado Mapa de Execução. Assim, não sabe avaliar os projectos, nem o mapa. É impossível pois no Plano para dois mil e dez apresentam-se as GOP’s sem PPI autónomo. No Relatório e Contas há avaliação do PPI que não existe.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De seguida, adiantou que na próxima sessão iria pedir para que, de três em três meses o Senhor Presidente solicite à Contabilidade que forneça um exemplar da Execução do PPI trimestral. -----

----- De conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1, do artº 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, foram pelo Senhor Presidente Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, apresentados à Câmara Municipal os documentos relativos à Prestação de Contas do ano 2010, de conformidade com o estabelecido no POCAL e na Resolução nº 4/2001, da 2ª Secção do Tribunal de Contas inseridas na 2ª série do Diário da República nº 191/2001, de 18 de Agosto. -----

----- Analisados os documentos foi deliberado por três votos a favor e dois contra: -----

1. Aprovar os referidos documentos que, para os devidos efeitos legais, se consideram por integralmente reproduzidos e ficarão arquivados na pasta anexa a esta acta, depois de assinados e rubricados pelos membros do Executivo. -----

2. Para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64º, conjugado com o disposto na alínea a), do nº 6, do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal.-----

3. Para os efeitos do disposto na alínea bb), do nº 1, do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro, remeter os referidos documentos ao Tribunal de Contas, por via electrónica.-----

### **Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.**-----

Visto o Resultado Líquido do Exercício apresentar um valor negativo de 370.380,50€, a Câmara Municipal propõe que se transfira para a conta 59 –“Resultados Transitados”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia apresentou a seguinte declaração de voto, subscrita também pelo Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, que a seguir se transcreve: -----

“Declaração de Voto

15 ABR 2011

### 1. NOTA PRÉVIA

Antes de entrarmos na apreciação, propriamente dita, dos documentos do Relatório de Actividades e Conta de Gerência, relativos ao ano de 2010, cumpre-nos reafirmar a nossa disponibilidade para continuarmos a dar o nosso melhor contributo, por Manteigas, como Vereadores da “oposição” na Câmara como afirmamos, aliás, logo no princípio do mandato.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assumimos esta postura, uma vez que para nós SER OPOSIÇÃO é ser colaborador crítico e empenhado na defesa intransigente do Concelho de Manteigas. Por isso sempre apoiaremos o que de bom nos possa ser proposto e levado à prática.

Em consonância e prática dos valores cívicos, éticos e políticos, somos contra atitudes de obstrução cega e sistemática.

Acresce que quem como nós conhece, e muito bem, as dificuldades e limitações económicas, financeiras e sociais, a par da pouca capacidade de determinar, sequer influenciar, as decisões e as políticas dos Governos Centrais, coloca, para nós, Manteigas acima das diferenças ideológicas e partidárias.

Portanto reafirmamos que mais do que nos destacarmos na vereação, pelas diferenças que nos separam, pretendemos dar a nossa colaboração crítica, apoiando o que entendemos ser bom para Manteigas, também apresentando sugestões e contribuindo para aprimorar e qualificar as propostas de trabalho.

É natural que nem sempre estamos de acordo nos assuntos e nos projectos. Por natureza e convicção temos propostas diferentes e alternativas diversas embora para Manteigas são mais os projectos que defendemos em comum do que os que são defendidos unilateralmente pelo PS ou pelo PSD.

O que marcadamente nos separa são os métodos, os procedimentos e a maneira de estar na política.

Se as diferenças são defensáveis e criativas a forma e a linguagem como as destacamos pode não ser aceitável se é posta em causa a relação de convivência democrática. O confronto político-partidário não significa vale-tudo.

Damos como adquirido e aceitamos que cada um tem o seu estilo de se expressar, coordenar e dirigir. É humano e natural. Ser diferente não é por si conflito nem crime.

Aceitamos, inclusive, que cada um, no limite do razoável da sua auto-estima, entenda que pensa melhor, que faz melhor e ou que faz diferente.

Ao contrário, para nós, não são aceitáveis julgamentos e afirmações assentes em dados subjectivos, qual meros estados de alma.

De facto, além de não aceitarmos não entendemos, nem sabemos se alguém entende, porque é que o actual Executivo se presume mais conhecedor e mais habilitado e capaz do que o anterior a que presidimos e se arroga a necessidade de “arrumar a casa”, pôr os Serviços a funcionar e pôr tudo a mexer.

Deixa-se subentender que a Câmara de Manteigas era uma Instituição em ruína, um autêntico caos e um desgoverno.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não se percebe, porque se fez e muito menos, porque se continua a fazer alarido da inépcia, desleixo e incompetência da anterior Câmara.

E não se percebe porquê?

Não se percebe porque a Câmara de Manteigas era, e penso que ainda será, a única em Portugal, com todos os seus Serviços com Certificado de Qualidade.

Também não se percebe, uma vez que os actuais funcionários são sensivelmente os mesmos do anterior mandato e não acreditamos que eles tenham mudado radicalmente de atitude.

Além do já referido também não entendemos a crítica, porque é verdade infelizmente que não se sente nem se vê que os Grandes Problemas de Manteigas tenham acabado e são os mesmos como se vê no Relatório e Conta de Gerência de 2010.

Devemos então entender que a causa do desarrumo da casa e a incompetência se aplicaria aos anterior presidente e Vereadores.

São eles que são os visados. São também eles que se sentem insultados.

Mas será que eles têm menos formação e menos experiência?

Será que não têm provas dadas na sua vida e carreiras profissionais públicas e privadas? Será que antes nunca dirigiram Instituições iguais ou maiores que a Câmara?

Humilde e comparativamente, em termos curriculares achamos que em nada seremos inferiores. Por sermos adversários políticos não podemos nem devemos. Mais, nem queremos pôr em causa a capacidade e honorabilidade pessoal e funcional.

Nós nunca o faremos. Nós preferimos aceitar que cada um vale o que vale, pelo que é pelo que sabe e pelo que faz e deixamos que nos julguem pelas nossas acções e resultados.

### 2. APRECIACÃO GENÉRICA

No seguimento do que deixamos referido e sempre com o propósito de darmos a nossa colaboração, passaremos a fazer apreciação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades que são resultado apurado do Plano e Orçamento de 2010.

Aqui transcrevo, com a devida consideração, pequenos estratos do Plano referido na nota introdutória:

Ao quantificar as dívidas do exercício de 2009 "...parte das dívidas (correntes e de capital) irão gerar reembolsos.", querendo significar que parte da dívida iria ser reembolsada pelos Fundos Comunitários.

É uma nota sensata, entendemos nós. Já não entendemos sensato que no agora Relatório de 2010 nada se refira quanto ao que foi o valor dos reembolsos.

Não só não se fala nisso, como pelo contrário se volta a insistir nas dívidas de 2009. Até quando, não sabemos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

E estranhámos tanto mais quanto é um facto que as dívidas em 2010 não só não baixaram, mas subiram!

Sobre isto não fazemos comentários.

Reportando-nos ainda à apresentação do Plano de 2010 ainda encontramos a enunciação de propósitos e até de projectos que, ao tempo e agora, achamos voluntariosos, mas improváveis na sua exequibilidade como se pode ver na seguinte transcrição: O plano e o orçamento de 2010 "...procuram adaptar-se à conhecida situação deficitária do Concelho..." e ainda, citando: "...simultaneamente estes documentos reflectem a firme intenção de realizar os investimentos prioritários e possíveis (sublinhado nosso) no momento presente."

Mais se escrevia a seguir: "...não nos esconderemos nos factores exógenos para justificar insucessos."

Afinal o Plano e o Orçamento de 2010 era mesmo voluntarioso como se comprova agora no Relatório e na Conta de Gerência.

Queremos proclamar que entendemos que não é mal nenhum sonhar, pois como diz o poeta, O SONHO COMANDA A VIDA, mas é uma realidade que nós e Manteigas dependemos de, mas muito, mesmo muito de FACTORES EXÓGENOS cuja realidade e exigências também achamos inadequadas e exageradas. São barreiras que nos criam quase intransponíveis, e nós no Município de Manteigas temos que revoltadamente aceitar, não sem que antes vamos à luta.

Foi um SONHO de 12.000.000 (DOZE MILHÕES) de euros no Plano que na Conta de Gerência minguou para metade.

Não se cumpre aqui o PRINCÍPIO DA ESTABILIDADE ORÇAMENTAL.

Recordamos os projectos então propostos, muitos deles, diria mesmo a maioria foram os que nós também propusemos em programa eleitoral. Na generalidade merecem a nossa anuência e empenhamento.

Disponibilizamos o nosso apoio sabendo nós que é precisa muita força de vontade, muita luta e muito trabalho.

Por aqui damos a nossa anuência, só que entendemos que tantos projectos e tanto dinheiro a - 12.000.000€ - num ano era muito dinheiro. A CRISE JÁ ERA CONHECIDA DE TODOS.

Mais, queremos aqui transcrever alguns projectos para executar em 2010 e que, sabemos agora, não evoluíram por factores EXÓGENOS, como se diz no Relatório:

Salão de Convívio do Eiró, PDM, PPP Douradas, Plano de Circulação (esses todos desleixadamente atrasados) requalificação da Entrada da Vila, Nova Sinalética e Mobiliário Urbano, Requalificação de Espaços Públicos, Eliminação de Barreiras Arquitectónicas, requalificação do Estacionamento, Ampliação da Rede de Águas e Saneamento, Construção de Sanitários Públicos e ainda



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Projecto e Possível Adjudicação do Aproveitamento de Águas Termas – 800.000€ em 2010 e um total de 5.732.000€ - Construção de Açudes e Levadas com o valor de 700.000€, TRANSPORTE MECÂNICO MANTEIGAS – PENHAS DOURADAS com total de 1.555.000€ e 55.000 para 2010, CENTRO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS com um montante global de 3.215.000€, DEFINIÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES E PROMOÇÃO TURÍSTICA com o valor de €359.000 e ainda ficando-nos por aqui, o CENTRO DE ALTO RENDIMENTO com 3.000.000€.

Não queremos ser exaustivos nem queremos obstruir ou abandonar projectos, mas dissemos e dizemos que é preciso muita imaginação e suor para encontrar financiamento.

Infelizmente ao que sabemos a única verba contratualizada para ser gasta em projectos foi a que conseguimos em 2009 e é de 2.000.000 de euros. Falhou a promessa e procura de novos fundos.

A outra questão é como se vão encontrar verbas para pagar a componente nacional.

Não tivemos nem temos respostas neste Relatório nem a tivemos no Plano e Orçamento para 2011.

Em suma os GRANDES PROJECTOS estão a ZERO de execução e aguardam aprovação dos fundos europeus.

Nós dizemos presente, hoje como ontem, para manter viva a esperança dos Manteiguenses e para exigir Solidariedade Regional e Nacional para Manteigas na distribuição de verbas do QREN para os bons projectos.

Com pena nossa os projectos reprodutivos, repito, REPRODUTIVOS, terão dificuldade de evoluir, como está à vista, mesmo e apesar de ter havido redução nas Despesas Correntes. É um dado que reduziram, mas se a Câmara “gastou menos consigo própria” isso não se deve à arrumação, mas a razões funcionais a que não são alheios os gastos com os Autarcas em funções executivas e colaboradores directos e porque se estabeleceram condicionamentos – talvez legais – na compensação dos trabalhadores por trabalho extraordinário, além da classificação económica de determinadas prestações.

Ainda assim foi impossível elevar os níveis de execução.

Nós sabemos e sempre o dissemos que os Planos são documentos previsionais, mas não os podemos desligar da realidade passada e presente.

Mais do que a sua execução teremos que questionar sobre os projectos prioritários na execução, pois que muitas vezes inflacionamos nas quantidades apresentadas, porque a Lei assim o propicia, como alguns de nós sabem: É a ideia de que se não pegam uns talvez peguem outros.

Por tudo isto a nossa posição sendo negativamente crítica é cauteloso e branda na forma de avaliar.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O mesmo cuidado e cautela não podemos ter quanto ao que foi prometido pelo Governo em 2009, em fase pré-eleitoral, e que a Câmara não conseguiu fazer cumprir. Referimo-nos à intervenção na Estrada da Ribeira, ER 338 e a ligação da EN 232 à auto-estrada, por Valhelhas. Fazemos esta crítica com a autoridade moral que advém das malévolas críticas que nos foram dirigidas, por via dos atrasos na remodelação da estrada Manteigas – Belmonte.

Foi há poucos anos, por isso muitos se lembram.

Aqui e agora estamos disponíveis para fazermos pressão, sem correremos atrás de dividendos políticos.

### 3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA

Os documentos da Conta de Gerência e o Relatório mostram objectivamente que a execução orçamental ficou globalmente em metade (50%) do que constava do Orçamento para 2010, isto apesar de a dívida da Câmara, ao contrário do que se pensava, em lugar de ter diminuído aumentou. São opções de gestão que respeitamos, mas que contraria o que julgávamos serem os pressupostos da arrumação.

Dizê-mo-lo convictamente e aguardamos a evolução sendo objectivo e manifesto que em 1994 a dívida que encontrámos na Câmara era na moeda actual de cerca de DOIS MILHÕES DE EUROS e fomos capazes de encontrar soluções. Também, ao tempo estávamos no fim do Iº QUADRO COMUNITÁRIO e a entrar no II QCA.

Facto é que em 2010 aumentou a dívida e também aumentaram os empréstimos bancários e compromissos.

Ainda assim, porque temos na Câmara capacidade de endividamento, daremos parecer favorável a novos e necessários empréstimos se forem para INVESTIMENTOS REPRODUTIVOS.

Mas retornando aos EMPRÉSTIMOS, e, em abono da verdade, e a bem da apreciação da CONTA DE GERÊNCIA, importa destacar que se não fosse o empréstimo bancários para se comprar a SOTAVE – que apoiámos – as RECEITAS DE CAPITAL e as DESPESAS DE CAPITAL baixariam cerca de 15% e o nível das suas execuções baixaria para 20% e não 35%.

Ressalta-se nos documentos que são elevados os custos e os apoios aos Municípios com a distribuição de água de consumo, recolha e tratamento de esgotos/efluentes e lixo/resíduos sólidos urbanos.

Os custos são elevados sem dúvida e também significa que o Governo não faz executar a sua própria política que deveria apoiar os preços nos Municípios mais pequenos.

São caros é verdade, particularmente, porque os nossos conterrâneos têm gravíssimos problemas de emprego e rendimento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O possível, repetimos, possível abaixamento do preço da água abordado no Plano de 2010 não foi possível, diz-se, porque a Empresa das Águas aumentou em 10% os custos.

É verdade, mas quando há três anos aumentaram os preços em  $\pm 160\%$ , porque passaram a debitar os esgotos e a Câmara começou a cobrar o tratamento de efluentes, os Autarcas do Partido Socialista encabeçaram um levantamento político da população e acharam que era quase um roubo, era um atentado aos Manteiguenses e propuseram o abaixamento das tarifas em 50%.

Sem populismos há que equacionar se a bem das pessoas se não se deverá dar prioridade a esta matéria.

Recorda-se aqui que a Lei impõe regulamento de apoio social para esta matéria, como referimos na discussão do Plano de Actividades já em 2009/2010.

Estas e outras matérias estão à margem das exigências legais para as Autarquias que abordaremos a seguir.

#### 4. LEGALIDADE E FORMALISMO DOS DOCUMENTOS

Tivemos oportunidade, em 2009/2010, de referir e alertar que de acordo com a LEI, Decreto-Lei nº 54-A/99 era imperativo que as Grandes Opções do Plano incluam, tratando em separado, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

No PPI devem ser discriminados os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar POR INVESTIMENTOS.

O PPI tem uma estrutura própria e é controlado através do mapa “EXECUÇÃO ANUAL DO PPI”. Este é um documento, que destaca o nível de execução financeira anual e global.

A sua apresentação embora solicitada por nós não foi feita.

Apresentaram-se as GOP's mas insuficientemente e deficientemente preenchidas.

Agora com o Relatório apresenta-se não a Execução das GOP's mas a execução do PPI. Com o tempo de que dispusemos não foi possível comparar GOP's com o PPI. Não apreciamos convenientemente nem umas (GOP's) nem outro, o PPI.

Ainda assim não podemos deixar de referir que o Mapa de Execução do PPI tem falta de dados indispensáveis:

Aparecem Projectos/Acções cuja data final de execução em 2009 mas têm verbas inscritas em 2010; Outros há que têm o fim em 2011 e só tem verbas previstas até 2010;

Todas as verbas das GOP's estão já “DEFINIDAS” e nenhuma “A DEFINIR” isto é todas as verbas previstas estão negociadas e contratualizadas; no que se refere a “Fontes de FINANCIAMENTO” há percentagens (%) que serão financiadas pela AC (Administração Central)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e por FC (Fundos Comunitários) já com valores definidos sem que haja contratos ou acordos firmados. Referimo-nos ao ano de 2010:

Na rubrica “Execução de Anos Anteriores” nas GOP’s/2010 constavam uns valores na “avaliação” feita por referência ao mês de Outubro de 2010 apresentava outros completamente diferentes e os valores actuais do Relatório ainda são diferentes.

Para as mesmas situações valores que deviam ser iguais são todos diferentes. Não conseguimos perceber e não é de todo aceitável esta situação.

O que a Lei impõe não podemos nós incumprir.

Suscitámos em tempo, e, também em obediência à Lei, que fossem apurados os custos subjacentes à fixação de preços e tarifas o que não foi feito ou, pelo menos não nos foi presente.

Repetimos a referência a esta omissão, porquanto as tarifas e preços com abastecimento público, águas residuais e gestão de resíduos ( Lei 2/2007, Decreto-Lei nº 194/2009 e Portaria 34/2011) devem constar de Regulamento com eficácia externa e só com o referido Regulamento se poderão cobrar custos inferiores aos custos suportados pela Câmara.

Estamos perante um incumprimento legal para que reiteradamente alertamos e que se mantém.

Alertamos por último e não menos importante (a par da exigência de EXACTIDÃO, INTEGRIDADE E FIABILIDADE dos registos) para o facto de, contrariamente ao que está determinado, AS RECEITAS CORRENTES SÃO INFERIORES ÀS DESPESAS CORRENTES.

Pelo que longamente explanámos entendemos votar contra a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010, vistas como um todo.

José Manuel Custódia Biscaia

José Manuel Saraiva Cardoso”

### **Ratificação dos actos praticados constantes na informação nº 28/2011/APROV, datada de onze de Abril de dois mil e onze, referente à aquisição de serviços – requisições. -----**

----- Foi presente a informação nº 28/2011/APROV, datada de onze de Abril de dois mil e onze, referente à aquisição de serviços, de acordo com o deliberado em reunião ordinária, de nove de Fevereiro do corrente ano. -----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a aquisição de serviços. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Conhecimento dos Actos Praticados por Delegação de Competências. -----**

----- Foi presente a relação número sete, barra dois mil e onze dos actos praticados por delegação do Senhor Presidente. -----

### **Finanças Municipais.-----**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de cento e oitenta mil, quinhentos e trinta e um euros e dez cêntimos (€ 180.531,10). -----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e cinquenta cinco minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes

Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----

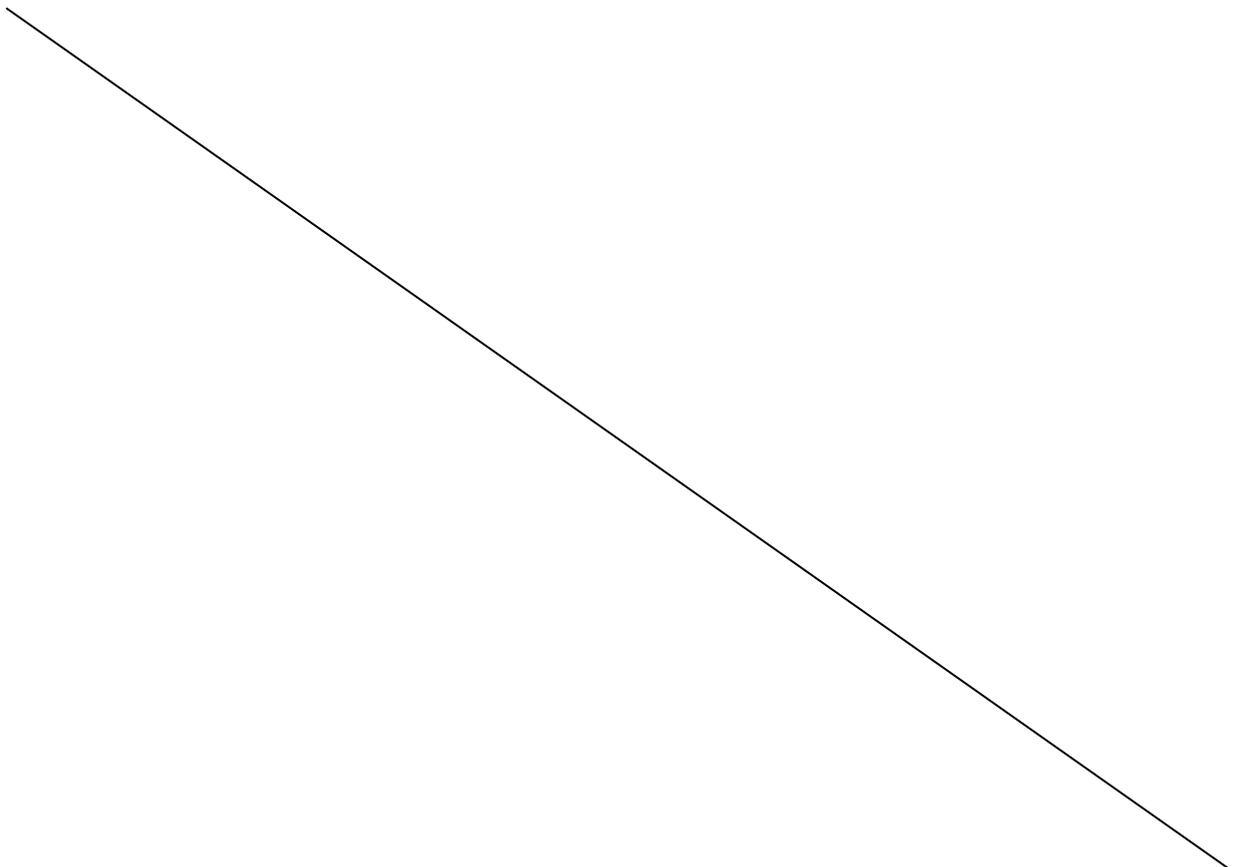
---

---

---

---

---





# CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

